



ISSN: 2675-9381

Observatório
de Movimentos Sociais
da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA

I - março - junho/2020



Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

Comunica América Latina I - março - junho 2020

Rio de Janeiro – julho de 2020

Documento de apoio à pesquisa organizado por pesquisadores e pesquisadoras do NETSAL

ISSN: 2675-9381

Responsáveis editoriais: Daniel Henrique Ferreira, Giovana Esther Zucatto, Hellen Oliveira, Lara Sartorio Gonçalves, Mariane Silva Reghim, Marília Closs, Paulo César Limongi, Raul Nunes, Renata Rodrigues, Simone Gomes, Vitória Gonzalez.

Revisão: Raul Nunes e Renata Rodrigues

Diagramação: Hellen Oliveira e Raul Nunes

Capa: Hellen Oliveira



Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL
Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Marília Closs

Site: netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, n. 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sumário

Nota da coordenação do NETSAL	3
<i>Breno Bringel</i>	
Apresentação	5
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
<i>Simone Ribeiro Gomes</i>	
<i>Giovana Esther Zucatto</i>	
Pandemia e mobilizações na Argentina: do direito à propriedade ao direito à vida digna	8
<i>Giovana Esther Zucatto</i>	
Mobilizações e pandemia na Bolívia: organizações e ações coletivas em meio à(s) crise(s)	10
<i>Marília Closs</i>	
Brasil de março a junho	12
<i>Mariane Silva Reghim</i>	
Chile na pandemia: o curto passo entre o “sucesso econômico” e a fome	14
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
Situação dos protestos na Colômbia	16
<i>Paulo Limongi</i>	
<i>Renata Rodrigues</i>	
Cuba na pandemia: interfaces entre ilha de solidariedade e mais do mesmo	18
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
El Salvador no início da pandemia de Covid-19	20
<i>Simone Gomes</i>	
Equador: Uma breve cronologia de março a junho de 2020	22
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
México no começo da pandemia: antigas pautas e aprofundamento de desigualdades	24
<i>Vitória Gonzalez</i>	
Conjuntura pandêmica, Estado e mobilizações sociais: Panamá entre março e junho	26
<i>Hellen Oliveira</i>	
Estado e sociedade frente à pandemia do coronavírus no Peru	28
<i>Raul Nunes</i>	
Pandemia, eleições, conflitos sociais: República Dominicana entre março e junho	30
<i>Hellen Oliveira</i>	
Cidadãos nas ruas: sintomas da crise não dão trégua na Venezuela da pandemia	32
<i>Renata Rodrigues</i>	

O Observatório de Movimentos Sociais do NETSAL: por que agora?

Breno Bringel¹

Neste ano de 2020 o **Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina** (NETSAL) celebra quinze anos de existência em um momento crítico para a região e para o planeta. O cenário hoje é certamente bem diferente ao de 2005, quando o grupo fora criado, ainda no antigo IUPERJ, sob os ecos da Cúpula de Mar del Plata que barrou o ALCA, da ampliação dos espaços de articulação e convergência regional movidos pelos movimentos sociais, e da construção de diferentes projetos de integração regional impulsados pelos governos progressistas. Naquele contexto, ressoavam fortemente o Fórum Social Mundial e o horizonte de construção de “outros mundos possíveis”, os protestos dos *piqueteros* na Argentina em 2001, a insurreição do povo venezuelano em 2002 diante do golpe contra Chávez e a Guerra do Gás na Bolívia em 2003; mas também a pujança dos movimentos camponeses e indígenas e a construção de práticas descolonizadoras e de um imaginário transformador para a América Latina.

Por ora, isso parece um passado longínquo diante do fortalecimento, no pós-crise de 2008, das direitas em todo o mundo. Em nossa região, abriu-se um novo ciclo político marcado por governos, em geral, fortemente conservadores (e, em alguns casos, como o brasileiro, de extrema-direita), um neoliberalismo mais autoritário e ameaças profundas à democracia e à vida. Vemos como conquistas de direitos, que custaram décadas de luta e sangue, destroem-se com uma velocidade impressionante; ao mesmo tempo em que a militarização, a repressão e o controle social se fortalecem de maneira brutal. Em meio a essas dinâmicas, a chegada da pandemia do novo coronavírus tem exacerbado as múltiplas desigualdades, visibilizando os desequilíbrios ecossistêmicos, a fragilidade humana e a crise civilizatória.

Embora o cenário atual não tenha nada a ver com o que tínhamos no início de século e não seja alentador, nem tudo é terra arrasada. Aqueles que afirmam que estamos órfãos de alternativas ou que a única saída é retornar ao ciclo político anterior reforçam, de diferentes maneiras, o *status quo*. Não são capazes de observar as mudanças e os deslocamentos ocorridos em nossas sociedades, nem tampouco as coletividades, iniciativas e experiências que têm buscado dar respostas tanto à crise imediata quanto à construção de horizontes alternativos no médio e longo prazo.

Imersos em uma profunda reconfiguração das formas de ativismo e militância na América Latina, uma série de coletividades organizadas, movimentos sociais, iniciativas cidadãs, experiências territoriais, lutas comunitárias e frentes populares e político-intelectuais disputam os rumos deste momento histórico. Nem sempre são vistas pela academia. Não costumam aparecer na mídia. São não somente invisibilizadas, mas também deliberadamente excluídas dos espaços de poder.

É diante deste cenário que o subgrupo de movimentos sociais do NETSAL acaba de criar o **Observatório de Movimentos Sociais da América Latina**. Nos move a urgência do momento histórico e a necessidade de mapear iniciativas que buscam dar respostas à crise da Covid-19 na região, bem como os diferentes atores e cenários em disputa, contribuindo assim a visualizar algumas das alternativas emergentes, mas também os principais conflitos societários existentes e suas chaves mais amplas.

¹ Coordenador do NETSAL e professor no IESP-UERJ.

Nesse sentido, mais do que um observatório das organizações de movimentos ou dos eventos de protesto, como costuma ser habitual, busca-se apreender os sentidos das disputas em curso. Nos momentos mais graves da pandemia, isso implica, por exemplo, observar as lutas vinculadas ao cuidado, à defesa dos serviços públicos e contra a mercantilização, bem como as iniciativas diversas que têm buscado fortalecer os laços sociais e os vínculos comunitários, defender o conhecimento produzido nos territórios e valorizar a vida em comum, a partir de intercâmbios, redes solidárias e propostas de apoio mútuo. No entanto, para além da pandemia em si e seus desdobramentos mais imediatos, pretende-se aos poucos, como já tem feito o NETSAL em suas pesquisas coletivas, projetar horizontes mais abrangentes de transformação social. Isso requererá um olhar do Observatório para agendas, movimentos, experiências e sujeitos que apostam, a partir de culturas militantes renovadas, por cenários de transição e novos paradigmas.

O primeiro boletim **Comunica América Latina** do recém criado Observatório é somente o pontapé inicial de um projeto ainda em construção. Construído coletivamente e protagonizado por jovens pesquisadoras/es do grupo, traz subsídios relevantes para pensar o cenário latino-americano contemporâneo em uma chave crítica e de unidade na diversidade. Esperamos, dessa maneira, que o Observatório de Movimentos Sociais da América Latina contribua para gerar conhecimento qualificado ao debate acadêmico e público atual. Longa vida ao NETSAL e ao Observatório!

Apresentação

Lara Sartorio Gonçalves¹

Simone Ribeiro Gomes²

Giovana Esther Zucatto³

O Observatório de Movimentos Sociais da América Latina é oriundo de reflexões coletivas do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), mais especificamente as desenvolvidas no contexto da pandemia de Covid-19. Constatamos que a crise sanitária transborda seu caráter e se estende a todas as esferas da vida. Nesse sentido, a redução das narrativas em torno da pandemia, que ora se restringem a processos de responsabilização, ora se tornam demandas ao Estado de medidas para o retorno à "normalidade", mostraram-se insuficientes para pensar medidas e saídas desse trágico cenário.

O caráter virótico da doença implica a necessidade de ações orquestradas e coletivamente empenhadas. Contudo, as iniciativas com essa orientação vêm sendo lançadas às coxias do grande palco da política institucional. Mesmo que invisibilizadas nas cúpulas de debates para governança ou em meios de comunicação em massa, elas multiplicaram e ampliaram alcance. Por essa perspectiva, serão observadas aqui as mobilizações, com orientações inclusive antagônicas, redes de solidariedade e experimentações de outros modos de vida enquanto chaves essenciais de leitura da realidade latino-americana.

Assim, apresentamos nosso projeto, ainda em construção, com o lançamento desta primeira edição. São 13 países⁴ abordados neste número, entre março e junho de 2020. No dia 26 de fevereiro foi confirmado, no Brasil, o primeiro caso do novo coronavírus na América Latina. Até o final de junho, a região se transformou no novo epicentro da pandemia, contabilizando mais de 3 milhões de casos e 140 mil mortes.

A América Latina, em particular mas não exclusivamente, congrega os efeitos do neoliberalismo, destacadamente na crescente promoção de políticas de privatização de serviços essenciais, na precarização de contratos de trabalho e na espoliação regional pelas assimetrias comerciais e de produção. Fome, desemprego, falta de acesso à água e moradia são alguns dos agravamentos identificados nesse período. Por sua vez, os Estados surgem como "salvadores", e as respostas governamentais foram apresentadas por meio da falsa dicotomia entre a *vida e economia*. O Ministro da Economia do Brasil Paulo Guedes, a oposição na Bolívia, o economista fujimorista Hernando de Soto e o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, manifestaram que a economia não deve ser interrompida pelo vírus. Ainda assim, a previsão é de uma diminuição drástica no PIB desses países, entre outros na região. Na Argentina e no Brasil, frações das classes médias e altas conservadoras tomaram as ruas em carreatas, bandeiraços e protestos contra as medidas de isolamento social, alegando a necessidade de "salvar a economia".

O modo pelo qual os países da América Latina vêm enfrentando a pandemia nos permitiu

1Doutoranda e mestra em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa Capes. Cientista Política pela UNIRIO e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@iesp.uerj.br

2Pesquisadora do NETSAL e professora do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPel. Email: simone.gomes@ufpel.edu.br

3Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). E-mail: giovanazucatto@gmail.com

4Dos 20 países da região, analisamos Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela. Ficaram de fora apenas Costa Rica, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai, e Uruguai, pela quantidade pequena de pesquisadores envolvidos no projeto.

observar dimensões comuns e elementos singulares. A título de apresentação, podemos pensá-las por três vias. A primeira, de caráter institucional, diz respeito às políticas implementadas frente à crise. A segunda traz os protestos e mobilizações em torno de pautas emergenciais. Por último, redes de solidariedade e experiências com modos de vida alternativos, anteriores, mas também iniciados para o enfrentamento da pandemia.

Uma acentuada crise político-institucional foi acirrada por contextos políticos nacionais de polarização política. Países como Brasil, Argentina, Chile, México e Bolívia enfrentam um período politicamente instável e terminaram por transformar orientações protocolares da Organização Mundial da Saúde (OMS) em confrontos políticos, como por exemplo a defesa ou rejeição da quarentena. A estratégia de militarização e repressão para o controle da pandemia também foi recorrente, marca do renitente autoritarismo da região. El Salvador, Chile, Venezuela, México, Colômbia e Peru se destacam nessa questão.

As manifestações possuem em comum um forte apelo popular contra o descaso governamental. Mobilizações organizadas em torno de pautas relativas à violência política foram vistas na Venezuela e no México, onde houve a prisão de jornalistas e ativistas, e ainda no Brasil, Colômbia, México, Cuba, Chile e EL Salvador, em que trágicas execuções por agentes do Estado foram registradas. O aumento da população sofrendo com a fome ocasionou protestos radicalizados em El Bosque, Santiago, Chile, mas também na Argentina, em El Salvador e no Peru, nos quais foi comum a extensão de bandeiras brancas, um sinal de famílias com fome, nas janelas de suas casas. Desde o início, foram evidenciados dilemas em torno do distanciamento social para uma população de trabalho majoritariamente informal e seus desdobramentos, com o declínio da figura do empreendedor de si. A greve geral proposta pelos trabalhadores de aplicativos de entregas, no dia 1 de julho, em grande parte dos países latino americanos, apontou para a renovação da importância dos trabalhadores no panorama de mobilizações.

Ademais, protestos e coletivos foram organizados a partir de categorias centrais como gênero e raça, havendo também a criação de redes de apoio e aplicativos às mulheres vítimas de violência no Brasil, México, Chile e Colômbia. Nesse último, chama a atenção uma mobilização das trabalhadoras sexuais por moradia e comida em um país cuja proposta de *lockdown* generificado, conhecida por *Pico y género*, foi alvo de críticas. O ressurgimento dos protestos *Black Lives Matter* nos Estados Unidos, em 25 de maio, foi seguido pelo aumento de manifestações antirracistas no Brasil, México, Colômbia, República Dominicana, Cuba e Chile. O caráter indígena das mobilizações no Equador, Bolívia, Brasil, Chile, México, Panamá e Peru também cresceu no bojo dos enfrentamentos antirracistas. Coletivos contra o fechamento das fronteiras e pelos direitos dos migrantes intensificaram sua atuação nos países da América Central. Panelaços e movimentos conservadores também foram observados em frente aos hospitais, obstruindo o direito de ir e vir de profissionais da saúde no Brasil e na Argentina. Outros, contra o acolhimento de migrantes, no México.

Apesar de menos veiculadas, foram observadas redes de solidariedade e resistência na totalidade dos países monitorados, tomando a frente do enfrentamento à crise pandêmica em suas localidades. Algumas foram criadas recentemente, como as iniciativas em favelas e periferias em distintos países, como o Gabinete da Crise, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e cozinhas coletivas para distribuição de alimentos no Peru, na Argentina e no Chile. Outras são parte de resistências e experiências anteriores e que ampliaram seus alcances em solidariedade. É o caso de articulações indígenas, como na comarca de Kuna Yala, e também de vias campesinas, como o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atuantes na distribuição de seus alimentos e processos de conscientização de outras práticas de vida.

Este dossiê é o resultado do trabalho coletivo de coleta de informações sobre as mobilizações nos países latino-americanos no período de março a junho de 2020. As fontes utilizadas foram: 1) redes sociais, notadamente o *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*, com foco nos principais periódicos e perfis de ativistas, redes, coletivos e imprensa alternativa nesses países; 2) informes locais, com base no material dos movimentos e redes, bem como artigos que articulam experiências situadas; 3) informantes-chave, que correspondem a contatos para informações localizadas e compartilhamento de fontes, além de entrevistas.

Em resumo, a pandemia, já em seus primeiros meses, vem agravando e tensionando as contradições próprias às dinâmicas estabelecidas pelo neoliberalismo, especialmente na região que se tornou epicentro da disseminação e ocorrência da Covid-19 nas últimas semanas. O Observatório de Movimentos Sociais da América Latina propõe uma observação contínua que nos permita olhar para a realidade de maneira ampla e processual, identificando os caminhos e tendências de transformação.

Pandemia e mobilizações na Argentina: do direito à propriedade ao direito à vida digna

Giovana Esther Zucatto¹

Na história recente da Argentina, dois fatores chamam atenção: sucessivas crises econômicas e uma tradição de mobilizações sociais. No contexto da pandemia do novo coronavírus, esses dois fatores novamente aparecem como traços bastante relevantes para entender a conjuntura do país. Além disso, convém ressaltar que desde meados de março, quando os primeiros casos de coronavírus começaram a ser registrados, o governo argentino empreendeu uma série de políticas de enfrentamento à pandemia: desde medidas de complementação de renda até uma rigorosa quarentena que já dura mais de três meses, ainda que com diferentes níveis de isolamento.

Em maio, começaram a aparecer as primeiras mobilizações em oposição à extensão da quarentena. Convocadas pelas redes sociais, são formadas majoritariamente por pessoas de classe média e empresários, que compõem boa parte da base social contrária ao governo de Alberto Fernández. No dia 25 de maio, houve a primeira mobilização, seguida de outra em 6 de junho. Em junho, essas mobilizações ganharam força quando um velho inimigo do *kirchnerismo* voltou a dar as caras: a associação entre o setor agropecuário e as classes médias. No dia 20 de junho, os maiores protestos registrados até agora contra o governo de Alberto Fernández aconteceram em pelo menos 70 cidades do país. As pautas giraram em torno da oposição à intenção do governo nacional de expropriar o grupo empresarial Vicentin, gigante de exportação de grãos que declarou falência recentemente, e à extensão das medidas de isolamento social — a Argentina é um dos países com um dos *lockdowns* mais duradouros do mundo. Nessa ocasião, alguns dos lemas mobilizados foram “*banderazo en defensa a la propiedad*” e “*Hoy es Vicentin, mañana sos vos*”.

De maneira geral, as mobilizações se dão principalmente na forma de bandeiraços e carreatas, mas algumas cidades como Santa Fé e Buenos Aires registram atos com aglomeração de pessoas. As manifestações tiveram respaldo público do ex-presidente Maurício Macri e de diversas lideranças da frente *Juntos por el Cambio*. Essas manifestações têm sido chamadas de *Argentinazos*, e uma nova foi convocada pelo *Twitter* para o dia 9 de julho, data em que se comemora a independência do país.

Por outro lado, a pandemia tem a força de extremar desigualdades preexistentes. A Argentina, que já estava em situação de recessão econômica há pelo menos dois anos, passa por um processo de aprofundamento da pobreza. As medidas de complementação de renda e distribuição de alimentos no governo federal não dão conta desse cenário, o que leva a movimentos sociais se mobilizarem para preencher essas lacunas, mas também a protestarem por melhores condições de vida. No dia 10 de junho, protestos reivindicando melhores condições para as classes mais pobres durante a pandemia aconteceram em diversas províncias da Argentina. Uma das principais organizações nessa frente foi a *Barrios de Pie*, grupo surgido durante a crise em 2001, voltada principalmente para trabalhadores desempregados. Sob o lema “*una cuarentena sin hambre*”, as mobilizações demandaram maior assistência governamental para cozinhas populares e trabalhadores da economia popular, assim como o acesso de mulheres e pessoas LGBTIQ+ em situações de violência de gênero e familiares de vítimas de feminicídio ao Programa de Promoção do Trabalho.

¹Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). E-mail: giovanazucatto@gmail.com

Finalmente, importa também ressaltar as atividades de movimentos feministas. Na Argentina, existem duas datas centrais para essas organizações. A primeira, naturalmente, é o 8 de março, ou 8M, Dia Internacional da Mulher e data global de luta feminina. O segundo é o 3 de junho, ou 3J, data que marca as mobilizações do *Ni Una Menos*, movimento feminista multitudinário iniciado na Argentina em 2015 contra a violência de gênero — especialmente o feminicídio —, que ganhou força em 2016 na esteira de protestos convocados após casos que ganharam notoriedade no país. Com o avanço da pandemia, as organizações feministas passaram a se mobilizar para o enfrentamento à violência de gênero nas dinâmicas de confinamento e ao aumento das desigualdades sociais. No dia 3 de junho, ocorreram alguns atos no país, buscando respeitar medidas de distanciamento social. Além de encontros online, pelo menos dez cidades registraram mobilizações contra a violência machista e pela legalização do aborto.

Mobilizações e pandemia na Bolívia: organizações e ações coletivas em meio à(s) crise(s)

Marília Closs¹

Na Bolívia, as ações coletivas e de resistência frente à pandemia do covid-19 se misturaram a ações ligadas à resistência e ao golpe que ocorreu em novembro de 2019 e que depôs o então presidente Evo Morales (Movimiento al Socialismo, MAS). O golpe levou à presidência interina Jeanine Áñez, com apoio de setores à direita e com forte destaque da figura de Luis Fernando Camacho. Morales ocupava o cargo de presidente desde 2006 e, durante seus governos, mudanças estruturais ocorreram, com destaque para a aprovação da Constituição Política do Estado, em 2009, que tornou o país um Estado Plurinacional. As contradições no projeto, sobretudo com embates com movimentos sociais, o crescimento e a unificação da oposição à direita a Evo e as problemáticas ao redor a postulação de uma nova candidatura à presidência levaram a um cenário de tensão que desembocou no golpe de 2019. A pandemia veio à complexificar este cenário. O primeiro caso de covid-19 foi registrado no dia 11 de março. Em meados de julho, já passavam de 47 mil casos e 1700 mortes no país; junto a La Paz, capital do país, a maior quantidade ocorreu nos departamentos de Santa Cruz e Beni, na região oriental da Bolívia.

De um modo geral, as ações se dividem em **3 tipos**: ações de solidariedade, ações ligadas a formas mais tradicionais de protestos e ações de enfrentamento às forças do Estado. As **agendas** das ações coletivas, além de questões ligadas à sobrevivência e à garantia mínima de infraestrutura e equipamentos para isso, estão no combate à precarização, ao autoritarismo e à militarização do Estado. As principais **forças políticas** que estão organizando as ações coletivas são aquelas ligadas ao MAS (*cocaleros*, principalmente no departamento de Cochabamba e na região de El Alto), organizações de mulheres, com destaque para Mujeres Creando, grupo que reúne mulheres de diversos movimentos e setores sociais, a Central Obrera Colombiana (COB) e movimentos de professores.

As principais ações ligadas à construção de redes de solidariedade foram a organização de brigadas e mutirões para distribuição de materiais de segurança e alimentos a populações em condição de vulnerabilidade. Com relação a ações de denúncia às políticas do Estado, destacam-se diversas lutas contra as políticas do ministro da educação, Victor Hugo Cárdenas, pedindo sua renúncia. Cabe destacar as greves dos professores urbanos e rurais.

A política de isolamento social na Bolívia foi instituída por um decreto considerado bastante autoritário, o que fez com que sua implementação se valesse da militarização e da securitização da crise sanitária. Junto a isto, intensificou-se a perseguição a lideranças ligadas ao MAS, acusadas de “terrorismo” e “narcoterrorismo”. Diversos movimentos denunciaram nas ruas este caráter. Intensificaram-se os protestos no departamento de Cochabamba, onde, desde o dia 11 de maio, há manifestações e bloqueios de ruas e estradas organizadas por grupos que pedem a flexibilização da quarentena, melhores serviços infraestruturais de água potável e de distribuição de comida e a renúncia Áñez e Arturo Murillo, seu *ministro de gobierno*.

Na região de K'ara K'ara, os protestos ganharam contornos mais graves em função do acúmulo de resíduos frente ao bloqueio aos serviços de coleta do governo e dos confrontos entre manifestantes e forças policiais e Forças Armadas. Em El Alto, também houve protestos e bloqueios contra o modelo de isolamento social do governo de Áñez e exigindo eleições presidenciais. No

¹Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Pesquisadora pelo NETSAL e pelo OPSA. Coordenadora de projetos no Centro Brasil no Clima. Bolsista CAPES. Contato: mariliacloss@gmail.com.

leste do departamento de Santa Cruz, na região de Yapacaní, também houve protestos, com bloqueios de ruas e estradas, organizado por lideranças rurais contra o governo de Áñez e pedindo por eleições.

A denúncia de prisões políticas como as de Lucy Escobar, Remmy Fernández e Osvaldo Gareca foram motivo de protestos. Além disso, mulheres foram às ruas, sobretudo em La Paz, para denunciar também a prisão política de Elena Flores, Maria Choque, Patricia Hermosa, Edith G, Lorgia Fuentes, María Palacios. Outro ponto que esteve presente nas manifestações foi o pedido de garantia de que ocorram as eleições presidenciais, anteriormente previstas para maio e agora marcadas para setembro.

Em junho, a COB declarou emergência nacional e afirmou que o governo está levando o país ao colapso em função da diminuição de salários, da perseguição política e da precariedade de saúde. A central sindical também lançou documento com 13 pontos para construção de jornada nacional. As federações *cocaleras* do trópico de Cochabambas se uniram à declaração da COB.

Brasil de março a junho

Mariane Silva Reghim¹

Segundo ano de governo Bolsonaro. Logo após o carnaval e a ressaca de final do ano, março de 2020 se inicia com o chamado para as ruas no dia 15 pelo presidente e contra o STF e o Congresso. As manifestações surgiram a partir do ministro do GSI General Heleno, com a promessa de fortalecer o governo federal e de diminuir a força das demais instituições. Em forma de protesto, a esquerda, através de partidos, centrais sindicais e de movimentos estudantis também anuncia a sua data, 18/03, contra Bolsonaro e em defesa da democracia. Antes que as manifestações ocorressem e que fosse possível verificar nas ruas o poder de mobilização de ambos os lados, a OMS declarou oficial a pandemia da covid-19 no dia 11.

Em vez de criar um clima de união contra um inimigo comum, o surto serviu para radicalizar e cindir ainda mais a polarização política que já pairava pelo país. Mais do que uma luta contra a pandemia, o que temos visto é uma disputa em torno da veracidade, letalidade e de possíveis medidas em relação a ela. E é essa disputa que vai conformar as demais mobilizações políticas, bem como criar e atribuir narrativas concorrentes quanto ao efeito e alcance da pandemia no Brasil.

Com a medida da OMS, bem como com a chegada do vírus no Brasil e devido ao modo de contágio por proximidade, foi decidida a suspensão das manifestações. Bolsonaro saiu em suas redes sociais em defesa do cancelamento das mesmas, porém não foi o que aconteceu. O dia 15/03 marca o início das manifestações que ocorreram durante todos os domingos nos meses de março a junho. As manifestações em defesa do Bolsonaro, contra o STF e o Congresso e com pedidos de volta à ditadura foram recorrentes e ocorreram a despeito do avanço do vírus em várias cidades, principalmente em São Paulo e Brasília.

Nesse clima de apoio nas ruas, Bolsonaro adotou uma narrativa de diminuição da gravidade do vírus, promovendo o argumento em defesa da economia e o uso da cloroquina como possível cura para a doença. Seus apoiadores saíram em defesa da abertura do comércio e contra governadores e prefeitos que adotaram posturas de enfrentamento à doença.

A defesa da normalidade por parte do presidente não passou silenciosa. Respeitando cientistas e não saindo às ruas, ainda em março as janelas e painéis fizeram barulho contra Bolsonaro, em favor da democracia e da vida. O panelaço, que teve início com o pronunciamento do dia 17/03, tornou-se uma prática cotidiana por aproximadamente um mês, criando uma sensação de reconhecimento e aproximação entre opositores do presidente. Ficar em casa passou a ser a melhor defesa contra o vírus e contra os discursos proferidos por Bolsonaro.

O mês de abril, mesmo com 6.253 mortes por covid-19 no Brasil, é marcado pela instabilidade política através da demissão do ministro da saúde Mandetta (16/04) e pela saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública (24/04). A valorização da saúde e de melhores condições de trabalho para as/os profissionais que trabalham por ela é um dos motes de mobilização no período e em várias cidades. Ao mesmo tempo, a população pressiona o poder público pela liberalização do auxílio emergencial o quanto antes, visto que apenas essa garantia financeira pode possibilitar que trabalhadoras/es informais e desempregadas/os também fiquem em casa.

¹Mariane Silva Reghim é doutoranda em sociologia no IESP, bolsista CAPES, participante do NETSAL e militante no coletivo feminista do IESP- Virgínia Leone Bicudo. E-mail: marianesreghim@gmail.com

Enquanto ficar em casa era a melhor opção para evitar o contágio, para João Pedro (14 anos), estar em casa não o livrou de ser assassinado pela polícia do estado do Rio de Janeiro em 18/05. Já há meses em casa e com as ruas ocupadas em defesa de Bolsonaro, o grito “vidas negras importam” já não cabia mais em cômodos fechados. Além da guerra contra o vírus, foi necessário lutar pela própria vida — o direito que deveria ser o mais básico.

A dinâmica das ruas é alterada. Manifestações anti-fascistas, em defesa da democracia e pelas vidas negras ocorrem em várias cidades de vários estados do país. O racismo escancarado e velado orienta as lutas. Aquele que mata de revólver também mata por negligência ou descaso. Povos indígenas denunciam a morte de seus mais velhos, vítimas de corona e também de uma política genocida. Um abaixo assinado é mobilizado contra o garimpo que ameaça a vida do povo Yanomani. No meio do furacão, Teich deixa o Ministério da Saúde que ocupou por apenas 29 dias e que, a partir de então, passa a operar com um ministro interino por tempo indeterminado. E assim, fechamos maio com 29.413 pessoas mortas.

As desigualdades de raça, classe e gênero operam em conjunto a crise sanitária. Distribuição desigual de tarefas domésticas; mulheres sobrecarregadas em casa com o cuidado e educação de crianças e pessoas idosas; mulheres negras cuidando de famílias brancas; aumento nas taxas de violência contra a mulher; permanência do genocídio da população negra e periférica. Até que em junho, as ruas conhecem nomes e vozes de trabalhadores que possibilitaram a permanência de tantas/os em casa, os entregadores de aplicativo. Em luta por melhores condições de trabalho e melhor remuneração, essa vai ser a primeira vez em meses que o centro da disputa não envolve o presidente — que está fora dos holofotes desde a prisão de Queiroz.

Outras redes de solidariedade e de apoio são formadas, visando à sobrevivência de quem não foi amparada/o pelo Estado. Desde iniciativas de movimentos como Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), de distribuição de alimentos provenientes de terras ocupadas, e do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), a partir da distribuição de kits de higiene e cestas básicas até iniciativas locais e irastreáveis de apoio mútuo entre vizinhas/os que se estenderam pelo país. Houve também iniciativas de psicólogas/os que ofereceram suporte psicológico acessível, profissionais de educação oferecendo aulas particulares sem custo e toda uma rede de troca de conhecimentos entre os mais diversos campos de saber. São essas iniciativas que permitem a sobrevivência cotidiana de quem mais é afetada/o por todo o caos.

As redes sociais, além de responder à dinâmica das ruas, continuaram funcionando na sua temporalidade própria, sendo responsivas e imediatas quanto a cada acontecimento. Nenhum pronunciamento, nenhuma medida e nenhum retrocesso passou batido nas redes. Quem optou por não estar nas ruas, mostrou seu apoio às manifestações através de *hashtags* e oferecendo monitoramento à distância para garantir a segurança de todas/os. Foi também espaço para a divulgação de pesquisas a fim de informar a população sobre as propriedades científicas da doença, possibilitando maior autonomia quanto às informações difusas e anti-científicas que chegam através de mensagens instantâneas nos aparelhos celulares.

O espaço virtual foi transformado, para muitas pessoas, no principal espaço de socialização, possibilitando a sobrevivência através de mensagens amigas, do compartilhamento de preocupações, angústias e superações no dia a dia. Para além das grandes mobilizações, é também das redes que as relações pessoais continuam sendo tecidas e cultivadas para germinar quando o isolamento acabar.

Chile na pandemia: o curto passo entre o “sucesso econômico” e a fome

Lara Sartorio Gonçalves¹

Com uma população de de 18,3 milhões de pessoas e o maior PIB *per capita* da América Latina, o Chile é tomado como paradigma de sucesso econômico na região. Contudo, a inconsistência do significado do que é ser economicamente bem sucedido nos parâmetros neoliberais vem sendo revelada no decorrer dos anos e, mais acentuadamente, ao longo da pandemia de Covid-19. Retratos disso foram as manifestações massivas que atraíram os holofotes para os problemas do país em 2006, 2011, 2018, 2019 e em 2020, no contexto pandêmico.

O Chile confirmou seu primeiro caso de contaminação do vírus SARS-CoV-2 no dia 3 de março. Até o dia 18 de março, o presidente Sebastián Piñera definiu uma quarentena seletiva, o fechamento de fronteiras, decretou estado de calamidade e suspendeu o plebiscito Constitucional, grande conquista da revolta social de 2019, que fora inicialmente marcado para abril de 2020. Organizações sociais denunciaram a demora para que o governo estabelecesse medidas para a contenção do vírus e proteção de trabalhadores. Em diversas cidades, ativistas e coletivos tomaram a frente do processo através de incursões para sanitização de transportes e espaços públicos. Os protestos de rua, em princípio, foram significativamente reduzidos. Em maio, mesmo com denúncias de possível subnotificação, o número de contaminados despontou e foi estabelecido um rigoroso lockdown com um alcance expressivo, especialmente em regiões metropolitanas.

Durante a pandemia, como se observou em diferentes países das Américas, as operações policiais não deram trégua e, em alguns territórios, intensificaram a violência. No Chile, as vítimas mais diretas foram o povo mapuche e os imigrantes. As perseguições políticas que culminaram no assassinato do líder mapuche Antonio Treuquil, em 4 de junho, apontam para a gravidade da violência experimentada por esse povo mesmo durante a pandemia, conforme denuncia a Rede de Mulheres Mapuche cotidianamente.

No dia 26 de junho, milhares de chilenos participaram da campanha de ação global online "Regularização já!". Na semana da manifestação, a rede *Coordinadora Nacional de Inmigrantes* lançou notas públicas sobre a necessidade de expansão imediata do auxílio emergencial aos imigrantes sem documentos bem como denunciou casos de xenofobia por agentes estatais. Além disso, houve uma ação articulada de trabalhadoras do lar migrantes que realizaram ação internacional online por inclusão, serviços, proteção e direitos.

As primeiras manifestações de rua ocorreram nos dias 18 e 19 de maio, a despeito das restrições de mobilidade, levando "fome" como palavra de ordem. Em Santiago, a palavra *hambre* foi projetada em um dos principais edifícios enquanto painéis soavam por toda a cidade, os chamados *cacerolazos*. O auxílio emergencial estabelecido tardiamente (início de junho) pelo governo não cobre a demanda e nem atende — em critério e valor — os que dele necessitam, conforme relatam organizações sociais. Os protestos de rua se mostram crescentes e no amanhecer de julho já sugerem radicalização.

As painéis (*ollas*) são símbolos historicamente mobilizados no Chile e foram retomados nas manifestações de outubro de 2019. Em contexto de pandemia, deram nome a iniciativas populares, como a autogestão feminista em ollas comunes, espécie de cozinhas sociais geridas pelos próprios moradores do bairro com distribuição de mantimentos. Assim como a olla solidaria, que vem

¹Doutoranda e mestra em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa Capes. Cientista Política pela UNIRIO e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@iesp.uerj.br

construindo assentamentos para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, além de arrecadar materiais de construção e comida por meio de vigílias, campanhas virtuais e bancas nas ruas. Outra iniciativa importante é a campanha “O povo ajuda o povo”, projeto de autogestão de caráter essencialmente popular, que configura parte fundamental da resposta em caráter de emergência que a fome demanda. O projeto ampliou e obteve apoio e participação de grupos de artistas e ativistas locais, que oferecem apresentações virtuais ou serviços de higienização de casas em troca de doações a serem distribuídas pelas periferias.

Um terço das e dos chilenos vive de trabalhos informais, superando os 50% nos bairros mais vulneráveis. Ainda assim, as políticas de resposta à pandemia são voltadas a assegurar empregos formais e a subsistência de empresas. Com isso, as noções de "microempreendedor" e "patrão de si mesmo" estão sendo desmistificadas pela ultraprecarização das relações de trabalho. A greve internacional dos entregadores de aplicativo no dia 1º de julho foi emblemática nesse sentido.

Setores organizados feministas e da população LGBTQI+ fizeram uso crescente das redes para, por um lado, fazer demandas ao Estado por políticas voltadas a esse grupo, tendo em vista sua acentuada vulnerabilidade mediante isolamento em ambiente doméstico, espaço preferencial da violência de gênero. Por outro lado, auto-organizaram iniciativas de redes de solidariedade e ação, como o aplicativo lelapp, que é uma rede de colaboração frente à crise de Covid-19 para ajudas de tipo econômico, terapêutico e legal voltadas para lésbicas e trans. Esses grupos são também ativos nos debates virtuais de construção política relativa à nova Constituição. Essas iniciativas estão sendo promovidas de modo contínuo desde o adiamento do plebiscito, através de grupos de estudo, webinars, canais de *youtube* voltados à temática dos direitos e projetos de sociedade. Uma característica comum a esses grupos é a busca por integração que articula populações historicamente marginalizados para pensarem coletivamente o projeto de uma nova Constituição.

Situação dos protestos na Colômbia

Paulo Limongi¹

Renata Rodrigues²

Durante a pandemia, a aprovação do governo do presidente Iván Duque caiu quando os contágios e mortes dispararam. Movimentos relacionados às pautas da educação, ao desaparecimento e assassinato de militantes e ativistas, e protestos contra os cortes na saúde foram localizados.

O primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no dia 6 de março. No dia 12, o país declarou emergência sanitária. Determinou a suspensão de eventos públicos com mais de 500 pessoas. Fixou um isolamento preventivo de 14 dias para todos os cidadãos e estrangeiros que chegassem da China, Itália, Espanha e França. Em 21 de março, confirmou a primeira morte. Em 15 de abril, um decreto permitiu que 5 mil presos voltassem para suas casas, especialmente portadores de deficiência, doentes, pessoas com mais de 60 anos e mães (grávidas, amamentando ou com filhos menores de 3 anos), e que já tivessem cumprido cerca de metade de sua pena. Ainda em abril, a prefeitura de Tuchín, em Córdoba, decidiu que quem fosse flagrado burlando a determinação seria preso pelos pés em uma estrutura de madeira conhecida como cepo em uma das praças públicas da cidade. Duque anunciou uma nova extensão do bloqueio nacional até 11 de maio.

No que se refere à educação, os coletivos de estudantes universitários exigiram investimentos. A principal bandeira levantada por esse movimento é o cumprimento dos pactos firmados pelo presidente em 2018, os quais garantiam a diminuição do preço das matrículas no nível superior e também dariam benefícios econômicos aos que vieram da periferia ou eram indígenas. Este movimento se alinha com a Associação Sindical de Professores Universitários (ASPU). Em 17/06, a ASPU convocou manifestações devido ao fato de que os recursos financeiros gerados pelas universidades públicas não seriam suficientes para garantir as atividades.

Ocorreram manifestações devido à falta de segurança para ex-membros da antiga Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)³. Em 2017, membros do grupo entregaram suas armas e optaram por depender da segurança fornecida pelo Estado. Contudo, há uma ausência de medidas para frear atentados. Somente em 2020, foram 29 mortos, 15 desaparecidos e 48 tentativas de homicídios; se contarmos os outros anos, são 195 assassinados, sendo 77 em 2019.

Devido aos poucos recursos que as entidades de saúde têm recebido para se manter funcionais, movimentos sociais declararam greves que foram vistas como legais pela Suprema Corte de Justiça. Um dos exemplos foi a do hospital de São José de Macaio, em junho. Os profissionais da saúde também se colocaram contra a lei 100 de 1993 que permite a concessão da saúde pública a hospitais da rede privada.

Em 3 de abril, trabalhadores e trabalhadoras sexuais protestaram no centro de Bogotá. Queriam chamar a atenção para o fato de que não tinham meios de sobreviver. Solicitaram um encontro com a prefeita da cidade para pleitear a ajuda do governo local. Dia 9 de abril é o Dia Nacional da Memória e Solidariedade com as Vítimas do Conflito Armado, que também vitimou consideravelmente a população LGBTI. Nessa mesma data, a prefeitura de Bogotá (um dos principais epicentros da doença no país) divulgou um decreto segundo o qual, nos dias ímpares,

¹Paulo Limongi é doutorando em sociologia pelo IESP-UERJ.

²Renata Rodrigues é jornalista e cursa atualmente o curso de Especialização Política e Sociedade no IESP-UERJ.

³As FARC representaram uma das principais forças paramilitares no país, criada em 1964 e sendo extinta somente em 2017

homens poderiam sair às ruas; nos dias pares, seria a vez das mulheres. Transgêneros deveriam seguir a determinação de acordo com o gênero com o qual se identificam. A medida passou a valer a partir do dia 13 de abril. Como já havia diversos relatos de abusos ocorridos no Panamá e no Peru por conta de determinações similares, a medida causou temores de que também ocorressem violências, como de fato aconteceu. Relatos foram compartilhados na imprensa, em editoriais de grandes veículos, em perfis de organizações em redes sociais e também nos perfis de ativistas ligados ao tema. Algumas organizações ofereceram assessoria jurídica às pessoas que se sentiram agredidas.

O decreto de *pico y género*, como ficou conhecido, foi contestado por organizações que consideraram que a medida "utiliza um critério suspeito de discriminação (sexo), com alternativas igualmente eficazes e menos restritivas aos direitos humanos". A Red Comunitaria Trans classificou a medida como inconstitucional e “vigilância de gênero” por conferir à polícia o poder de “julgar o gênero”. Segundo a organização, apenas nos primeiros oito dias e aplicação da medida foram registrados mais de 14 casos de violência.

Em maio, Brasil e Colômbia concordaram em fortalecer a presença militar na fronteira entre os dois países. Anunciaram um protocolo de comunicação para o monitoramento diário de infecções e troca de informações e um mecanismo para "homogeneizar" medidas, especialmente na cidade de Tabatinga, adjacente à colombiana Letícia. Os primeiros casos detectados foram importados do Brasil, o que fez com que Iván Duque colocasse soldados para regular a entrada e saída de pessoas da cidade. A medida gerou críticas da população local, por ignorar a dependência dos colombianos em relação à vizinha brasileira.

No dia 10 de junho, completaram-se 100 dias do anúncio do primeiro caso. Foram estabelecidas multas e 4 a 8 anos de prisão para os cidadãos que desrespeitassem as medidas de isolamento social. Organizações LGBTI relataram que muitos foram obrigadas a ocultar sua orientação sexual, a esconder identidades de gênero em contextos familiares, laborais e sociais; enfrentaram acesso reduzido aos serviços de saúde, perda de prioridade, estigmatização, discriminação, discurso de ódio e ataques, violência doméstica e abuso, bem como dificuldades de acesso a trabalho e renda. Foram produzidos e divulgados guias e campanhas de organizações como Colombia Diversa, Dejusticia, Red Comunitária Trans, Las Igualadas, Sin Violencia LGBT, Sentiido.

Os grupos LGBTI mantiveram a mobilização virtual para o Dia Internacional do Orgulho LGBT (28 de junho). A organização Colombia Diversa promoveu uma campanha a para dar visibilidade às histórias da luta da comunidade LGBTI no país: “Conoce a las voces de la población LGBTQ+”.

Cuba na pandemia: interfaces entre ilha de solidariedade e mais do mesmo

Lara Sartorio Gonçalves¹

A ilha de Cuba possui uma extensão de 109.884 km² e uma população de 11,3 milhões de habitantes. Desde a conhecida Revolução Cubana, em 1959 e a declaração de seu caráter socialista, em 1961, é difícil discernir as informações sobre Cuba, dado que se tornou um alvo de polêmica ideológica. O processo significou ruptura da relação com os Estados Unidos, que mantinha presença "imperialista" no país, conforme denunciado pelos *revolucionários*. A já estremecida relação com o gigante ressentido foi sendo progressivamente deteriorada e ainda hoje marca a trajetória de luta cubana. Uma pequena ilha que ousa enunciar-se socialista diante de seu vizinho — separado por apenas 140 km — que possui quase 90 vezes seu tamanho e é reconhecidamente o difusor dos princípios do capitalismo.

Cuba, portanto, não é uma ilha apenas no que diz respeito ao território. É também no sentido do isolamento internacional gerado pelo bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. O embargo, implementado há 58 anos e condenado pela Assembleia Geral da ONU 28 vezes consecutivas, agrava-se no contexto da pandemia de Covid-19 por impedir, entre outras coisas, que cubanos tenham acesso a suprimentos médicos e sanitários em meio à crise. Por outro lado, Cuba é também uma ilha quando o assunto é política internacional. O país rompe paradigmas de ações de caráter comercial e é orientado por um modelo singular de cooperação e ajuda humanitária.

Enquanto o resto do mundo proferia discursos bélicos quanto à forma de encarar a pandemia, o presidente cubano Miguel Díaz-Canel reivindicou outro ponto de partida. Um caminho de solidariedade internacional e investimento em ciência, pesquisa e recursos médicos. Uma escolha que crie "instrumentos de saúde e de vida e não de morte", disse, citando Fidel Castro.

Os primeiros casos de contaminação por coronavírus no país datam de 11 de março. Desde então, medidas foram tomadas com duas frentes principais: 1) a dinâmica de "porta em porta", que contou com médicos e estudantes de medicina, voluntários, para fazer visitas às casas para monitorar novos casos, com testagem ampliada de assintomáticos que tiveram contato com contaminados; 2) e garantias trabalhistas de condições mínimas para que as pessoas ficassem em casa.

Cuba registrou, até o dia 1º de julho, 2.353 casos de contaminação e 86 óbitos pelo coronavírus, apresentando um dos melhores cenários na América Latina. O mês iniciou ainda com o "desconfinamento" gradual de Havana, ao passo que a maior parte dos municípios cubanos iniciou o processo em 1º de maio. O sucesso do país, segundo o próprio governo, deve-se ao processo histórico de Cuba em que a saúde das pessoas é tomada como prioridade nas ações estatais.

O sistema cubano se distingue do resto do mundo também quanto à iniciativa de caráter popular que resulta da articulação e do diálogo fortalecido entre a população e o Estado, dada sua organicidade com o Partido Comunista. Este é o único partido em Cuba e seu papel não é de disputas eleitorais, mas de organização do comum, o que em parte justifica a proximidade entre o aparato estatal e organizações sociais. Essa relação justifica, em parte, as rápidas respostas do governo quanto às medidas de garantias dos trabalhadores em termos de salário e manutenção de seus empregos. Outro exemplo é a conhecida *libreta*, um auxílio continuado do governo que,

¹Doutoranda e mestra em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa Capes. Cientista Política pela UNIRIO e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@iesp.uerj.br

embora com alterações contextuais, garante alimentos básicos a preços subsidiados desde 1962. Destacam-se também as celebradas missões de solidariedade dos profissionais de saúde cubanos, que, em maio, já se encontravam em 31 países. Segundo o Anuário Estatístico de 2019, Cuba conta com mais de 95 mil médicos no país, quase 10 para cada mil habitantes, e cerca de 85 mil enfermeiros. As brigadas médicas são uma prática cubana de cooperação Sul-Sul desde a década de 1960 e que, durante a pandemia, estendeu-se também a países do Norte global, como Itália e Portugal. É uma demonstração da perspectiva internacionalista e prática militante dos médicos participantes.

Por outro lado, apesar de as restrições de isolamento social contarem com amplo apoio da população, foram também encaminhadas por âmbito de ação penal, com multa e reclusão. Abusos policiais foram reportados e denunciados pelas redes e mídias alternativas. O caso mais trágico, porém, ocorreu no dia 25 de junho, quando um jovem negro, Hansel Ernesto Hernández Galiano, foi assassinado pela polícia cubana de Guanabacoa. A excepcionalidade de um caso assim em Cuba levou a cantora cubana Daymé Arocena a publicar em suas redes sociais, na esteira dos movimentos #blacklivesmatter: “*si te duele un negro americano, te tiene que doler un negro cubano*”. Ocorreram manifestações nas ruas e praças ao redor de todo o país no dia 30 de junho, das quais participaram artistas, organizações sociais, movimentos e ativistas. Segundo o Censo Nacional, Cuba possui aproximadamente um terço de sua população entre negros, mulatos e mestiços. A historiadora Maria Lleana Faguagua, contudo, contesta o dado sugerindo ocultamento da população negra que, segundo ela, representa pelo menos metade da população.

Desde o início de abril, organizações como membros da Red TransCuba, Elaine Saralegui, pastora da Iglesia de la Comunidad Metropolitana (ICM), e o projeto AfroAtenAs, começaram a se organizar especialmente para apoiar e ajudar pessoas trans que, em maioria, dependem do sustento das ruas, por meio da prostituição. Posteriormente, o trabalho se expandiu em público e em ajuda, com as ações dos coletivos Casa Tomada MirArte, Alianza Afrocubana e LGBTIQ+. No dia 27 de junho, as redes sociais foram tomadas por beijos de orgulho LGBTQI, movimento convocado como besada com as *hashtags* #BesadaOnLineCuba2020, #TodosLosDerechosParaTodasLasPersonas, #DiosMeLibre.

El Salvador no início da pandemia de Covid-19

Simone Gomes¹

El Salvador tem 6,5 milhões de habitantes, ocupa 20.935 km² na América Central, possui uma economia dolarizada e adquiriu recentemente o título de país mais violento do mundo. Em 9 de fevereiro deste ano, assistiu a uma tentativa de autogolpe. Trata-se do *Bukelazo* do presidente Nayib Bukele (GAN), eleito em agosto de 2019, uma medida para aprovação de um empréstimo para financiar ações de segurança. Em março, o autogolpe ainda era memória recente, com a perspectiva da (re)militarização do país.

No começo do mês de março, uma controvérsia envolveu as condições de albergues localizados na capital San Salvador destinados a pessoas que retornavam de países estrangeiros. A determinação indicava que elas lá permanecessem durante 30 dias, antes de voltar às interações regulares. Entretanto, suas condições foram denunciadas como insalubres, sem a possibilidade de sair do quarto e sem luz solar.

No dia 9/3, El Salvador já contabilizava 103 mortes. O país respondeu à pandemia com um *lockdown* decretado no dia 21 de março, data em que registrou seu primeiro caso. Na semana posterior à aprovação do Congresso do pedido de poderes emergenciais do presidente, deu-se o fechamento de escolas e limitações de viagens. Em abril, as violações de Direitos Humanos e a pressão do Sindicato dos Comerciantes fizeram com que o comércio fosse reaberto e o *lockdown* finalizado. Um plano de reabertura foi idealizado, mas com a explosão dos casos (9391 em 11 de julho) o plano de reabertura em 5 fases foi postergado, com a abertura completa planejada para setembro.

No dia 30/3, ocorreram protestos em San Salvador após o descumprimento da promessa do governo de fornecer um auxílio temporário de 300 dólares para 1,5 milhões de trabalhadores da economia informal. A resposta governamental à manifestação foi o uso de *spray* de pimenta. O protesto também foi motivado pela ausência de contas bancárias de milhares de salvadorenhas. Manifestações foram observadas na capital contra as medidas, que incluíam a ameaça dos protestantes serem levados para centros de confinamento caso descumprissem o *lockdown*. Até o dia 7 de abril, foram cerca de 1300 presos por descumprimento.

Em abril, Bukele endureceu o combate às gangues *MS-13* e a *Barrio 18*. As fotos de presos sem o devido distanciamento social ganharam o mundo, após o anúncio da mistura dos membros das gangues dentro das celas, no dia 26 de abril. Esse movimento teria acontecido no dia 20 de abril, com o aumento expressivo do número de assassinatos em um só dia. Com isso, intensificou-se a repressão às gangues dentro dos presídios. Além disso, há um aumento das prisões por descumprimento do *lockdown*, denunciadas pela ONG *Humans Right Watch* (HWR).

Em maio, depois de semanas de quarentena militarizada, descontentamentos irromperam no país. No dia 22, cerca de vinte pessoas foram detidas em *Ciudad Delgado*, e iniciaram uma greve de fome pelas violações a seus direitos. Na metade do mês, apareceram bandeiras brancas em bairros urbanos e nas entradas de comunidades rurais, apontando para a falta de alimentos e insumos básicos. Em San Salvador, foram frequentes protestos durante a noite com buzinas de carros e panelaços contra o presidente, representando um racha na base governista, mas congregando atores distintos - salvo as classes populares, que mantêm seu apoio intacto, segundo pesquisas.

¹Pesquisadora do NETSAL e professora do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPel. Email: simone.gomes@ufpel.edu.br

Na segunda semana de junho, determinou-se a reabertura do comércio, em um decreto aprovado somente na Assembleia Legislativa, qualificado como inconstitucional por alguns advogados. No dia 16 de junho, é anunciada a fase 1 da retomada gradual, encerrando formalmente a quarentena. Em 21 de junho, é inaugurado um hospital de campanha pela Secretaria de Imprensa da Presidência, com 400 unidades de cuidados intensivos, acompanhando a afirmação de que foram entregues apenas 30 pelo governo anterior, de Mauricio Funes (FMLN), que, no seu Twitter, rebate, dizendo que foram 183 leitos. Outra polêmica do dia é a suspeita de fraude nas mortes por Covid-19 divulgadas pelo governo (98 enterros), que somariam um número bem maior que o oficial.

Um dos movimentos ativos é o *Movimiento Migrante Mesoamericano*, atuando em todo o “triângulo das bermudas da migração”. No dia 18/6, o jovem salvadorenho Andres Guardado, de 18 anos, foi morto a tiros pela polícia em Los Angeles (EUA), provocando protestos de salvadorenhos nessa cidade que duraram até 23 de junho. Tem início um aumento repentino dos casos de Covid-19, com 4.808, segundo a Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), partido de oposição. Em 24/6, o governo de El Salvador pediu a aprovação de um regime de exceção, por meio de uma quarentena de duas semanas para “frear” a epidemia. No dia 26/6, é adiado o 15º Encontro das feministas que seria realizado em junho de 2020 para o começo de 2021. No final de junho, mobilizações feministas contra o feminicídio de Jocelyn Abarca (em julho de 2018) aconteceram em frente ao Centro Judicial. Outra categoria mobilizada são os *Movimiento de los Trabajadores Despedidos*, representados por mais de 8 mil funcionários do governo recentemente despedidos por Bukele, que pedem respostas sobre seus casos à justiça.

Equador: Uma breve cronologia de março a junho de 2020

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

Durante a última década, o Equador havia fortalecido a defesa dos direitos sociais, de minorias e da natureza, tomando sua forma mais acabada na Constituição de 2008. Todavia, o governo Lenín Moreno pôs em marcha uma série de medidas de ajuste econômico, dentre as quais o aumento do preço da gasolina. Como resultado, em outubro de 2019 houve uma grande mobilização equatoriana liderada principalmente pelas organizações indígenas, a qual chegou a adentrar Quito e o Palácio de Carondelet, sede do governo equatoriano.

Em março de 2020, a menos de um ano das eleições presidenciais, a conjuntura muda novamente. Desta vez, pela entrada em cena do vírus como um ator político. A pretexto de combate ao vírus, em 12 de março o governo começa o processo de distanciamento social, fechando escolas e impondo quarentena a quem chegasse nos aeroportos. Com o agravamento da situação, em 17 do mesmo mês, o governo decretou toque de recolher, com particularidades para a província de Guayas, a qual foi declarada Zona Especial, ficando a cargo das forças Armadas. Nesse meio tempo, Lenín Moreno preparou um novo pacote de medidas econômicas para garantir a estabilização da economia pelos mecanismos do mercado. O vírus da pandemia e o neoliberalismo atuam de forma conjunta, mas encontram resistência nos setores sociais, em especial os indígenas, os trabalhadores, organizações estudantis e movimentos camponeses.

Tal resistência já havia sido conclamada pelos grupos indígenas no mês de março. Em 15 de março, a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE) se colocou contrária às medidas apresentadas pelo governo de Lenín Moreno. Seu presidente atual, Jaime Vargas, considerou tais medidas econômicas um “novo *Paquetazo*”, em referência ao pacote de ajustes econômicos responsável pelo estopim das revoltas de outubro do ano passado, no qual se previa o fim do subsídio à gasolina, e disse que a confederação estará “em movimento permanente” para impedir que os setores públicos, os professores e o setor de transportes venham a ser afetados. Foi exigido também que seja seguido o plano econômico proposto em outubro pelas lideranças indígenas.

Apesar do brado da CONAIE, seu maior problema foi outro. A pandemia impactou fortemente os indígenas, muitas vezes mais vulneráveis e cujos anciãos têm papel de destaque pelo conhecimento e pela história que representam. Parte dessa sabedoria popular encontrou formas de resistência na produção de produtos de higiene e medicinais feitos a partir dos conhecimentos ancestrais das mulheres mais velhas. Entretanto, o temor da morte era uma constante, bem como o medo de uma vez morto o corpo não poder ser enterrado em seu território. A situação se agravou em abril, com o derramamento de petróleo causado pela ruptura dos dutos SOTE, afetando os rios Coca e Napo. Grupos de ativistas têm se mobilizado com a população local em torno da *hashtag* *#SOSDerrameAmazonía*.

A complicada situação no meio rural tinha como um dos seus maiores reveses o problema da falta de abastecimento alimentar. Regiões inteiras passaram a se preocupar com a chegada dos alimentos e o seu preço. Nesse sentido, as brigadas camponesas tiveram papel fundamental. Decidiram pôr em prática os *trueques*, grandes trocas de mercadoria entre os pequenos e médios produtores agropecuários, uma prática de escambo. Um *trueque* de proporções históricas ocorreu no

¹Mestrando do IESP-UERJ. Bolsista FAPERJ nota 10. Membro do NETSAL (IESP) e do NELUTAS (UNIRIO). email: danielhmf@iesp.uerj.br.

dia 13 de maio, no qual quatro províncias — Guayas, Manabí, Esmeraldas e Tungurahua — trocaram alimentos entre si. Além dos *trueques*, é estimulada a troca direta do pequeno produtor rural com as famílias e comunidades mais necessitadas a preços baixos, a partir da organização de bairros populares ou ainda dos governos autônomos descentralizados — os quais podem adquirir caminhões com os alimentos campesinos.

De outra ponta, as medidas econômicas se consolidaram na *Ley de Apoyo Humanitario* e no Código de Finanzas Público, os quais passaram a sofrer cerrada oposição dos setores populares. Entre as maiores preocupações com a lei, estavam a redução das horas de trabalho dos servidores públicos, a criação de uma nova modalidade de contrato temporário de trabalho — o contrato especial emergente — e o uso da pandemia como justificativa de força maior para as demissões. Já no caso das finanças, a preocupação foi relativa ao processo de demissões em massa, com vistas a enxugar a máquina estatal.

A primeira manifestação de cunho trabalhista foi convocada pela Frente Unitário de Trabajadores (FUT) no início de maio. A adesão, porém, foi baixa. Já na segunda, em 18/05, houve uma grande mobilização dos setores populares que contou com o apoio da *Frente Popular da Federación de Estudiantes Universitarios* (FEUE), os quais exigiam o repasse de 98 milhões de dólares, cortados do repasse às universidades do país. Uma nova grande manifestação ocorreu em 25 de maio, contando com o apoio tácito da CONAIE e a participação da *Unión Nacional de Educadores* (UNE), os quais criticavam o corte de 300 milhões de dólares na educação. Mesmo na cidade portuária de Guayquil, epicentro da pandemia no Equador, com um terço da população da população contaminada, a manifestação foi convocada pela *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT). Essa ocorreu em todas as províncias e contou com o apoio dos profissionais da saúde, os quais estavam nas ruas desde o dia 18 do mesmo mês, devido ao aumento do número de demissões entre os profissionais, em especial entre os que foram infectados. O objetivo dos trabalhadores da saúde, todavia, diverge em parte das demais centrais, posto que na lei humanitária está presente a estabilidade do trabalhador da saúde, o que significa que a categoria busca apenas fazer valer seus direitos e endossava a promulgação do ato. No dia 8 do mês seguinte, uma nova manifestação foi convocada pela FUT. Em que pese os esforços, a referida lei foi promulgada em 22 de junho.

Como já dito, a CONAIE não teve o mesmo protagonismo. Até o dia 15 de junho, a confederação deliberou por manter as propostas de isolamento e controle social, de modo a garantir a segurança das comunidades indígenas. A CONAIE, que monitora a Covid-19 nos povos indígenas, postou, no dia primeiro de julho em seu *Twitter*, que haviam 37 mortes e 1215 casos confirmados. Apesar de não participar diretamente, exigiram do governo medicamentos, testes, além da garantia da tecnologia de internet necessária às regiões rural e indígena para o retorno às aulas no ensino básico e superior.

Em meados de junho, a pesquisa da Universidade *Johns Hopkins* anunciava que o Equador tinha a segunda maior taxa de mortos por 100 mil habitantes do mundo, com 23,2. Em 17 de junho, pesquisa do *Financial Times* registrou que o Equador era o país com a maior taxa de mortes em excesso. Ao comparar o número de mortos atual com o do mesmo período em ano anterior, observou-se uma diferença de 21500 mortes. Enquanto isso, números oficiais indicam 4502 mortes, até 29 de junho. No descompasso do número de mortes, no final do mês de junho, manifestantes protestaram em Guayaquil para saber onde estão os corpos de seus entes queridos, falecidos pela Covid-19 e desaparecidos em meio ao caos sanitário que havia virado a sociedade. O Equador começa um ano de muita dor e luto, mas elaborando saídas na forma de luta.

México no começo da pandemia: antigas pautas e aprofundamento de desigualdades

Vitória Gonzalez¹

A pandemia do novo coronavírus encontrou terreno fértil para crescer no México. Andrés Manuel López Obrador (MORENA), na presidência desde dezembro de 2018 para mandato de seis anos, esteve entre os governantes latino americanos que negaram a gravidade da situação. No fim de fevereiro, houve os primeiros casos; em 18 de março, a primeira morte. Os números são alarmantes: o México é o segundo país com mais mortes em números absolutos (cerca de 35 mil) e tem a maior taxa de letalidade da América Latina — 11,8%, frente a 3,9% do Brasil e 4,3% do continente. Ainda no início de junho, o número de mortes por Covid-19, mesmo subnotificado, ultrapassou o de homicídios registrados nos primeiros quatro meses do ano.

Os critérios restritos para a realização de testes fizeram com que a subnotificação saltasse aos olhos, e o país demorou a tomar medidas contundentes de contenção. Em 30 de março, foi declarado Estado de emergência sanitária, com restrição das atividades essenciais. A partir de abril, algumas entidades federativas impuseram toque de recolher e multas para impedir a circulação. No fim daquele mês, Andrés Manuel (AMLO) mudou o tom, encarando a pandemia com maior seriedade. Em maio, cidades foram classificadas em verde, amarelo, laranja e vermelho para a reabertura, cedendo à pressão pela economia, enquanto AMLO retomava viagens pelo país.

As projeções econômicas são desfavoráveis (o Fundo Monetário Internacional estima contração de 10,5%), com impactos maiores para as classes baixas. A informalidade e o desemprego, que já eram preocupantes, cresceram: em maio, o Instituto Mexicano de Seguridade Social apontou a eliminação de mais de 555 mil postos de emprego na pandemia. Para os trabalhadores informais e para quem faz diárias nas maquilas, no trabalho doméstico, no campo e na construção, isolar-se não é opção. Algumas maquilas ignoraram protestos por segurança no trabalho, demitiram quem se manifestou e só pararam quando trabalhadoras faleceram. Ainda, aposentadorias foram adiantadas e houve manifestações de trabalhadores da Uber.

Em 9 de março, na Cidade do México, ocorreu uma marcha histórica e uma greve geral de mulheres veiculada nas redes pelas *hashtags* #UnDíaSinMujeres e #UnDíaSinNosotras. Embora a dinâmica das ruas tenha sido modificada com a pandemia, as feministas não restringiram sua articulação. Denunciaram as desigualdades de gênero que a pandemia envolve e a gravidade da violência doméstica e dos feminicídios (de 10 a 12 mulheres são assassinadas por dia no país). Apontam que estão em alerta permanente, não só pela crise sanitária, mas por uma situação que chamam de epidemia de violência contra as mulheres. Contudo, esses números, crescentes na pandemia, são menosprezados por AMLO. Em maio, #NosotrasTenemosOtrosDatos mobilizou uma marcha virtual. A maré roxa foi também verde pela questão do aborto, cujo acesso foi dificultado na pandemia, mesmo na capital, onde é legalizado desde 2007. Em junho, a mobilização #BastadeContarHasta10 criticou o governo, que pedia que pessoas respirassem e contassem até 10 para evitar violência, e aludiu aos feminicídios diários².

Assim como os feminicídios, as desapareções forçadas seguem ocorrendo durante a pandemia. Organizações de familiares de pessoas desaparecidas seguem se mobilizando. A partir de 6 de maio, houve uma marcha digital. Em 10 de maio, mães saíram às ruas da capital, com máscaras e distanciamento, por justiça e verdade. Durante quase um mês, uma vigília foi feita diante do Palácio

¹Mestranda em Sociologia (IESP-UERJ). Bolsista Nota 10 FAPERJ. Pesquisadora do NETSAL e editora da HaoS.

²Para questões de gênero na pandemia, ver Observatório Género y Covid-19 en México.

Nacional. Em maio, houve protestos na capital por justiça e proteção a defensores dos Direitos Humanos — jornalistas e ativistas estão entre os que mais desaparecem. Ainda sobre o assunto, o caso de Ayotzinapa ganhou novos contornos, com a ordem de prisão de mais de 40 agentes estatais.

Indígenas também vêm se articulando de forma contundente durante a pandemia. Os territórios são afetados de múltiplas maneiras, e a taxa de letalidade entre indígenas é maior do que no restante da população mexicana (18,8% frente a 12%). O Exército Zapatista de Libertação Nacional, ainda em março, publicou comunicado declarando alerta vermelho em todo o seu território e fazendo um chamado à manutenção das lutas. Em Oaxaca, indígenas zapotecos entraram com uma denúncia pela desatenção em centros de saúde a pessoas com sintomas da Covid-19. Há também a questão linguística da falta de intérpretes em hospitais, prisões e departamentos públicos.

Em 1º de junho, diferentes organizações fizeram um comunicado contra a visita de AMLO à região do Trem Maia em plena pandemia. O governo parece aproveitar o momento de necessidade de isolamento para avançar com a militarização e com projetos que, não fosse a necessidade de isolamento, enfrentariam protestos nas ruas — caso do Trem Maia e do Corredor Transístimico. Também com relação aos megaprojetos, a mineração retomou as atividades ainda em junho. Durante a pandemia, mineradoras, às quais cerca de metade do território mexicano está concessionada, têm investido ainda mais contra comunidades para avançar em seus projetos.

A violência segue tendo contornos dramáticos. As promessas de AMLO de reduzir os homicídios não se concretizam, pelo contrário. No bojo de *#BlackLivesMatter*, houve protestos contra a violência policial e o racismo. Em presídios, há descaso e desinformação, e os casos de Covid-19 cresceram muito. O número de mortes em presídios em maio foi o mesmo que nos quatro meses prévios. Ainda em abril, o Senado aprovou uma lei que anistia presos por delitos leves, para aliviar a gravidade da pandemia em presídios. Contudo, há muitos entraves e a população carcerária aumentou. A situação de mulheres em privação de liberdade se agrava: sua taxa de abandono é maior que a de homens e há uma crescente falta de produtos de higiene, fornecidos pelas famílias.

Profissionais de saúde, que enfrentam hostilização desde o início da pandemia, vêm se mobilizando por acesso a equipamentos de proteção e mais investimentos. A migração merece atenção³, com temas como a deportação de mexicanos e centro-americanos indocumentados para o México. O retorno de migrantes mexicanos implica redução nas remessas e aumento da pressão no mercado laboral e do risco de contágio. Também cabe considerar mobilizações contra o presidente: foi criada a Frente Nacional Anti-AMLO, contra o governo, o desempenho econômico, a ‘corrupção’ e o ‘comunismo’. A partir de maio, houve manifestações em carreatas, com *#AMLOveteYa*. No último ano, pesquisas apontam queda na sua aprovação — ainda superior a 50%.

Nesses primeiros meses de pandemia, o balanço é crítico para o México. As desigualdades vêm sendo exacerbadas nas fissuras de raça, classe e gênero, e problemas estruturais se aprofundam. O acesso à água, saúde, informação e internet, por exemplo, depende de marcadores sociais. A responsabilização individual não dá conta de conter a pandemia, nem de dirimir as desigualdades que esta aprofunda - são necessárias políticas públicas. Por um lado, o Estado não atuou como deveria: negou a pandemia, tardou em tomar medidas e antecipou a volta a uma suposta normalidade mesmo com a gravidade dos números de contágios e mortes. Por outro, há resistências: do campo à cidade, movimentos seguem pautando suas agendas e o imbricamento de suas demandas com os efeitos da pandemia. Nesse cenário, ruas e redes estão em disputa.

³Para reflexões sobre migração em tempos de pandemia, ver *“Migración y desigualdades ante Covid-19: el contexto económico, político y social en México y Estados Unidos”*.

Conjuntura pandêmica, Estado e mobilizações sociais: Panamá entre março e junho

Hellen Oliveira¹

O Panamá é um país localizado no istmo que liga a América Central à América do Sul. Sua população estimada é de 4,177 milhões de pessoas. É atualmente governado por Laurentino Cortizo Cohen, também conhecido como “Nito”, filiado ao Partido Revolucionário Democrático (PRD). O Canal do Panamá é um dos atributos mais conhecidos do país, responsável por conectar os oceanos Atlântico e Pacífico, estabelecendo seu território como rota náutica de alta importância. Outro atributo popularmente evocado em narrativas sobre o país é sua categorização enquanto paraíso fiscal. Isto por conta de seu sistema de baixas ou nenhuma tributação sobre transações financeiras. O caso mais emblemático sobre o tema é o *Panamá Papers*, conjunto de mais de 10 milhões de documentos confidenciais sobre empresas de atuação *offshore* que estão sob posse do escritório de advocacia panamenho Mossak Fonseca.

Na segunda semana de março de 2020, o país registrou seu primeiro caso de morte em decorrência do novo coronavírus. Como medida de contenção, o governo panamenho decretou o fechamento de escolas e a paralisação de atividades não essenciais. Estabeleceu também o fechamento de suas fronteiras para cidadãos não residentes do país. Isto afetou diretamente refugiados políticos na América Central, como nicaraguenses.

Tal grupo enfrenta, além da pandemia, o risco de revogação de seu status legal temporário. No dia 28 de junho, a Costa Rica suspendeu o plano de trânsito coordenado de imigrantes nicaraguenses vindos do Panamá e da Nicarágua. Segundo comunicado da Direção de Migração da Costa Rica, o trânsito extraordinário de cidadãos nicaraguenses está suspenso até que as autoridades políticas e diplomáticas responsáveis pelas políticas de imigração do Panamá, Costa Rica e Nicarágua determinem um procedimento padrão para a mobilidade do grupo em questão.

Desde março, o governo do Panamá instituiu uma política de circulação pública a partir da divisão de gênero. A medida tem sido observada com cautela pelas organizações internacionais de direitos humanos por conta dos riscos iminentes que tal divisão significa para a população LGBTQIA+. De acordo com denúncia da organização Human Rights Watch, uma mulher trans que saiu de casa no dia alocado para a saída de mulheres foi detida e multada, passando por um processo de violação de direitos, exposição e trauma.

Em maio, o governo anunciou um plano de retorno de atividades e reabertura parcial do isolamento, com o setor industrial figurando já nas primeiras fases. Frente a este comunicado, os sindicatos panamenhos se organizaram de forma contrária à retomada das atividades. Em junho, grupos sindicais protestaram contra a suspensão da quarentena. Dados da última semana de junho apontam que no dia 30/06 o Panamá registrava 33.560 casos e 631 mortes em decorrência da Covid-19.

Kuna Yala — comarca indígena autônoma — corresponde a 2.393 km² e sua população é de 32. 446 habitantes divididas em 50 comunidades. No dia 13 de abril, o assessor do Movimento Juvenil Kuna, Manigueuigdinapi “Mani” Stanley Icaza, comunicou que todas as comunidades autônomas estão em quarentena e relatou 20 casos do novo coronavírus em Kuna Yala. Classificou a situação do território como crítica, por falta de equipes médicas, remédios e centros de saúdes equipados para o tratamento do vírus na província. Comunicou ainda que o líder Iguayokiler Ferrer

¹Cientista Política pela Unirio, Mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. hellenoliveiracp@gmail.com

teve de ser internado em um hospital da Cidade do Panamá, capital do Estado panamenho.

Segundo Mani, tais acontecimentos colocam a comarca em status de vulnerabilidade. Uma equipe de trabalho dos Congressos Gerais de Kuna Yala foi estabelecida em conjunto com a Direção Regional de Saúde. Coletivos e movimentos Kuna, como o Movimiento Juventud Kuna, reforçam redes de solidariedade através da distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar e demais suprimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade em todo o território da comarca desde março.

Em 18 de maio, o Congressos Gerais de Kuna Yala divulgou comunicado exigindo direito à educação para os povos indígenas. Relatam que a Junta Executiva dos Congressos Gerais de Kuna Yala tem acompanhado a conjuntura pandêmica atentamente e recebe com pesar e preocupação a implementação do ensino remoto com aulas transmitidas pela televisão e pelo rádio. A Junta argumenta que nem todas as famílias da comarca possuem acesso aos receptores de rádio e televisão, e ainda menos à internet.

Os representantes da Junta interpretam esta ação como a privação da infância e ao direito à educação para os territórios indígenas. Estes denunciam que o Estado panamenho age de forma proibitiva frente à luta da comarca pela obtenção de radiofrequências que fazem parte dos esforços ao direito de comunicação e ensino autônomos. Em comunicado do dia 27 de maio, a Junta Executiva manteve a suspensão de atividades não essenciais na comarca.

Em 4 de junho, foi emitido um salvo-conduto permitindo a circulação de habitantes da comarca regulamentando a entrada e saída do território. Dentre as diretrizes para a circulação, constam motivações de trabalho e estudo — por conta do acesso ao ensino remoto —, pendências jurídicas, diligências e pendências familiares. É preferível que se possua meio de transporte próprio e necessária a aprovação e visto da comunidade de origem.

Estado e sociedade frente à pandemia do coronavírus no Peru

Raul Nunes¹

Desde o começo dos anos 2000, o Peru apresenta sustentado e ininterrupto crescimento econômico, somado a uma estabilidade política de fazer inveja a muitos países da América Latina². Nesse sentido, o novo coronavírus, que chegou ao país no dia 6 de março, foi enfrentado com uma quarentena decretada pelo presidente apenas dez dias depois, quando não havia ainda nenhuma morte. Apesar da celeridade, o Peru conta com a maior taxa de mortalidade, o segundo maior número de casos e o terceiro maior número de mortes da região.

A ineficácia no controle do contágio mesmo com conjunturas econômica e política favoráveis pode ser explicada, em grande parte, pela estrutura de desigualdades do país. Cerca de 20% da população peruana é pobre e, destes, 1/5 não possui geladeira, necessitando ir com frequência aos mercados. Todavia, mais alarmante é o dado de que 70% dos trabalhadores peruanos estão na informalidade, tendo que ganhar seu sustento dia a dia. Não surpreende, portanto, que diariamente milhares de ambulantes peregrinassem pelas ruas de Lima com quilos e quilos de produtos nas costas, fugindo da repressão policial que fazia cumprir o decreto de isolamento social.

Desde o início, o governo lançou mão de auxílio emergencial para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, mas isso não foi suficiente. Aqui, novamente entram em cena os problemas estruturais do Estado peruano. O empenho obstinado e praticamente consensual por parte dos atores políticos em manter as contas públicas sanadas garantiu ao Peru os recursos necessários para o aumento dos gastos públicos em tempos de pandemia. Entretanto, responsabilidade fiscal não se traduziu em distribuição de renda e, mais do que isso, a organização econômica a nível macro não se reverte em capacidade estatal para alcançar a base da população, deixando parcela considerável dos cidadãos fora das planilhas. Um exemplo disso é o fato de apenas 4 entre cada 10 peruanos possuir contas bancárias — o que acabou por produzir longas filas e superlotação nas agências. Para além disso, auxílios mais focalizados (para trabalhadores rurais e informais) demoraram a ser garantidos, e só o foram após muita pressão da sociedade, tendo a esquerda pressionado pela renda básica universal — o que não foi atendido.

Dada a situação de penúria de boa parte da população, muitas foram as iniciativas de doação de alimentos, seja a nível individual ou de forma mais organizada — como a FREPAP, partido que se descreve como teocrático e agroecológico, que mobilizou sua base de políticos e fiéis para fazer doações. Para além disso, surgiram as ollas comunes, cozinhas coletivas organizadas por vizinhos a partir de doações. Quando a solidariedade não era suficiente, seguiam as denúncias de casos de pessoas passando fome, seja através de vídeos postados nas redes sociais, painéis ou bandeiras brancas estiradas na parte de fora de casa — situação recorrente nos *asentamientos humanos*, espécie de favelas peruanas.

Os trabalhadores rurais apontaram que os auxílios governamentais não os beneficiavam e cobraram o governo por medidas efetivas para o setor, o que culminou na aprovação de um auxílio rural, um mês após o início da quarentena. Do mesmo modo, povos indígenas reivindicaram

1Doutorando e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. Bolsista FAPERJ Nota 10. E-mail: raulnunes@gmail.com

2O país vem sendo altamente impactado por operações de combate à corrupção, sobretudo em decorrência da Lava Jato (ou caso Odebrecht), o que acarretou investigação, prisão e até suicídio de todos os ex-presidentes vivos. Em 2018, o presidente PPK renunciou, tendo assumido seu vice, Martín Vizcarra, que dissolveu o Congresso em 2019. Nas eleições suplementares de 2020, o fujimorismo passou de partido majoritário a terceira força. Apesar disso, não há grandes sinais de instabilidade política ou mesmo econômica como experimentam muitos países da região.

políticas específicas, participação nos espaços de tomada de decisão e formas de prevenção para suas comunidades. Na Amazônia peruana, com fração significativa da população sendo composta por indígenas, um grupo evangélico em parceria com o governador de Loreto aplicou o medicamento veterinário ivermectina³ em 5 mil pessoas, que se submeteram à medida por medo do novo coronavírus e receio com a inação do Estado.

Foco de constantes embates e denúncias foi o setor da mineração. O decreto de emergência sanitária deixou espaço para que boa parte das funções do setor continuassem em vigor. Os trabalhadores reclamavam não só da incoerência em permitir o funcionamento extensivo do setor durante a pandemia, mas principalmente das péssimas condições de trabalho, com pouca proteção em relação ao contágio. Esse foi também o tom dos protestos de muitas profissionais de saúde, que, junto aos policiais, foram para a linha de frente do combate sem equipamentos necessários - o número de policiais contaminados e mortos no país é bastante alto.

No rol de trabalhos essenciais, as trabalhadoras de limpeza de Lima foram às ruas reiteradas vezes contra a possibilidade de demissão em massa. No fim de junho, foram alvo de repressão policial, o que gerou novo protesto. Também sendo a maioria de mulheres, as trabalhadoras domésticas conseguiram, com mobilizações virtuais, pautar o debate no Congresso de uma nova lei para a categoria. O Congresso foi também palco de outra vitória das mulheres: a aprovação da paridade e alternância de gênero para candidaturas a todos os cargos em 2021.

Nem tudo, porém, foram vitórias quando se trata das questões de gênero. Em abril, o governo federal implementou um rodízio de gênero para que as pessoas saíssem às ruas, o que acabou por gerar violência policial contra pessoas trans. Após muitas críticas, o rodízio foi suspenso e passou a ser de uma pessoa por família. Ainda, como em muitos outros países, a violência doméstica aumentou no Peru e militantes feministas que protestaram em frente ao Ministério Público em relação à violência contra as mulheres foram reprimidas pela polícia.

É importante mencionar o repúdio de sindicatos e centrais sindicais frente ao decreto do presidencial que permitiu a suspensão de contratos trabalhistas sem remuneração. Do mesmo modo, cabe ressaltar protestos de estudantes universitários pela diminuição de cobrança de mensalidades em universidades privadas, bem como por assistência tecnológica para aulas virtuais nas universidades públicas. Por fim, destacam-se motins em presídios que apresentaram casos de contaminação pelo novo coronavírus.

³Se em muitos países a hidroxicloroquina foi vista como medicamento milagroso para o combate à Covid-19 mesmo sem eficácia comprovada, no Peru esse papel coube à ivermectina.

Pandemia, eleições, conflitos sociais: República Dominicana entre março e junho

Hellen Oliveira¹

A República Dominicana é um país caribenho localizado na região leste da Ilha de Hispaniola com população estimada de 10 milhões de habitantes, dos quais cerca de 1 milhão vivem na capital, Santo Domingo. Faz fronteira com o Haiti a oeste da ilha. As relações fronteiriças entre República Dominicana e Haiti são historicamente marcadas por tensões migratórias, raciais e econômicas. Diante da conjuntura pandêmica, estas tensões ganham complexidade e pautam algumas das questões observadas em noticiários, redes militantes e ações coletivas nos primeiros meses de 2020. O país que já registrava quase 50 mil casos de Covid-19, apresentou 810 novos casos no dia 30 de junho.

Para este ano, estavam previstas eleições municipais e presidenciais conforme ordenamento da Justiça Eleitoral. Inicialmente, as municipais ocorreriam no dia 16 de fevereiro de 2020, entretanto foram canceladas por conta de uma falha nas urnas eletrônicas. A denúncia feita por partidos opositores relatava que os nomes e as siglas dos candidatos não apareciam na tela de votação. A Junta Central Eleitoral cancelou os pleitos e deu ao governo o prazo de 30 dias para uma nova convocação. No dia 15 de março, foram realizadas novas eleições municipais de forma manual, tendo como resultado uma vitória expressiva do Partido Revolucionário Moderno (PRM) em boa parte dos municípios. Integrantes de partidos opositores ao PRM denunciam fraude. O presidente da Junta Central Eleitoral (JCE) Castaños Gusmán, definiu as eleições municipais como um “grande êxito”, afirmou ainda que “a democracia da República Dominicana foi salva” (sic).

No que diz respeito às eleições presidenciais, tensões entre governo e oposição reverberam desde 2019. Havia uma preocupação com a possibilidade de reforma da Carta Magna por parte do atual presidente Danilo Medina do Partido da Libertação Dominicana (PLD), que após uma outra reforma está em seu segundo mandato, abrindo a possibilidade de um terceiro. O atual presidente, entre os últimos meses de 2019 e primeiros de 2020 encerrou o debate, lançando Gonzalo Castillo — ex-ministro de obras públicas e comunicações — como candidato pelo PLD. Sua principal oposição parece ser Luis Abinader, candidato pelo PRM. A corrida presidencial foi diretamente afetada pela pandemia de Covid-19. O primeiro turno foi transferido do dia 17 de maio para 5 de julho, com o segundo previsto para o dia 26 de julho.

O Movimento Socialista de Trabalhadores da República Dominicana classifica o partido governista como uma organização “liberal burguesa”. Sua avaliação é de que as eleições municipais confirmaram o desastre eleitoral para o atual governo, por conta da vitória majoritária de seus opositores. Argumentam que a vitória do PRM se deu em forma de votos de rechaço ao governo, mais do que na forma de adesão política a suas plataformas eleitorais. O movimento tampouco se identifica com o PRM que, apesar da tentativa de construção de frente ampla com partidos trabalhistas, mantém negociações com plataformas, organizações e partidos de extrema direita. Indicam, por fim, o não-voto como ato de protesto.

Na semana do dia 16 de março, o Haiti fechou suas fronteiras como medida preventiva. O país, que faz fronteira com a República Dominicana, não registrava casos de contaminação por Covid-19. Na segunda semana de maio, a República Dominicana suspendeu o status legal temporário de mais de 150 mil trabalhadores de origem haitiana. Estima-se que 22 mil haitianos

¹Cientista Política pela Unirio, Mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. hellenoliveiracp@gmail.com

estariam voltando para casa semanalmente. Neste intervalo de tempo, autoridades locais e a OMS notificaram que os casos registrados do novo coronavírus no Haiti despontaram. O governo haitiano culpabiliza em certa medida tais políticas anti imigrantes por parte do governo dominicano como fator para a disseminação do vírus.

Após o assassinato de George Floyd, no dia 25 de maio de 2020, uma série de protestos eclodiu globalmente com pautas contra o genocídio sistemático da população negra. Na República Dominicana, protestos pacíficos foram organizados pelo coletivo Reconocido — um movimento que promove a cidadania, direitos e igualdade para dominicanos de ascendência haitiana. No dia 9 de junho, manifestantes foram às ruas carregando flores num protesto intitulado Flowers for George Floyd.

Os ativistas foram cercados por grupos de extrema direita cujas pautas principais orbitam entre os discursos anti imigrantes e nacionalistas. O grupo de extrema direita avançou sobre manifestantes causando um embate físico para o qual a força policial foi chamada. Como resultado, três militantes do Reconocido —, Ana María Belique, Maribel Nuñez e Fernando Corona — foram detidos. A prisão política dos militantes foi relatada como um episódio do contínuo racismo e xenofobia contra haitianos e descendentes de haitianos na República Dominicana.

Cidadãos nas ruas: sintomas da crise não dão trégua na Venezuela da pandemia

Renata Rodrigues¹

A Venezuela vive um contexto de crise econômica, política e social desde o final do governo de Hugo Chávez, problemas que adentraram a gestão de Nicolás Maduro. Destacam-se a queda de seu Produto Interno Bruto, a contração da economia, disparada da inflação e desemprego. Sua população enfrenta o aumento da violência, a fome, a escassez de serviços e produtos básicos, restrições à liberdade de imprensa, repressão a parlamentares e prisões de ativistas da oposição. Milhões de pessoas cruzaram suas fronteiras nos últimos anos em busca de alimentos, remédios e de uma melhor remuneração e qualidade de vida. A crise de saúde e hospitalar não se instalou no país com o advento da pandemia da Covid-19.

Maduro foi reeleito em 2018 em um processo eleitoral sob suspeita. Políticos de dentro e fora da Venezuela questionam a legitimidade dessa eleição, posse e exercício da Presidência. Países como o Brasil, consideram Juan Guaidó (líder da Assembleia Nacional) como presidente. Maduro é apoiado pela Assembleia Constituinte, enquanto Guaidó é respaldado pela oposição da Assembleia Nacional. Maduro tomou posse em 2019, mas até hoje o cargo está em disputa, com uma breve trégua para a implementação de medidas de combate à pandemia. O mesmo não pode se dizer dos EUA, que durante o mês de abril dobrou o direcionamento de recursos militares na região em uma operação antidrogas.

A Venezuela foi o último país da América Latina a registrar o aparecimento da pandemia. A crise econômica que causou uma deterioração significativa da vida no país impactou de maneira negativa as condições sanitárias, o que levantou dúvidas quanto à capacidade do país de manejar os efeitos da pandemia. Segundo o governo, a culpa seria responsabilidade das "sanções criminosas" dos Estados Unidos. Analistas e oposição, por sua vez, acusam a má gestão da economia sob a liderança de Nicolás Maduro.

A falta de transparência na divulgação das informações foi apontada muitos especialistas logo de saída como um entrave para a contenção da disseminação da doença no país. No contexto de profunda polarização política e deterioração social acentuada dos últimos anos, foram observadas medidas arbitrárias sendo usadas pelas forças de segurança estatal venezuelanas e pelo sistema de justiça. Tais medidas visam obstruir a liberdade de expressão, associação e participação política. Também afetam os direitos das pessoas à liberdade, integridade física e devido processo legal. Em maio, a organização Direitos Humanos Foro Penal já denunciava que várias pessoas, principalmente profissionais da área da saúde, foram presas simplesmente por divulgar informações relacionadas ao coronavírus.

O número de protestos na Venezuela entre janeiro e abril diminuiu entre 50% e 75% em comparação com o número de protestos durante esses mesmos meses no ano de 2019. Mas a pandemia e o confinamento não eliminaram sua ocorrência. De acordo com o Observatório Venezolano de Conflictividad Social houve 618 protestos em janeiro; 580 em março; e 716 em abril.

Se agrava progressivamente no país o déficit relacionado ao fornecimento de serviços básicos, com a reação de diversos setores. Por isso, a Venezuela presenciou, mesmo durante a pandemia, a mobilização de trabalhadores que exigiram salários dignos e o cumprimento de seus direitos trabalhistas. O setor da educação liderou os protestos, seguido dos trabalhadores da saúde e

¹Jornalista, cursa atualmente a Especialização em Política e Sociedade no IESP-UERJ.

da indústria. A escassez de gasolina a nível nacional foi importante fator desencadeador. Habitantes de diversos estados tomaram as ruas para protestar contra execuções, extorsões, roubos e outras violações perpetradas por empresas estatais e forças de segurança.

Entre as principais demandas estavam: direito à participação política, direito e acesso à justiça; garantia do salário mínimo (considerado por muitos insuficiente para manter despesas básicas, o que leva à informalidade, precariedade e à eventual fuga do país para países vizinhos); fornecimento de gasolina; de serviços básicos (água, gás, eletricidade, conexão com a internet); melhoria do sistema de saúde; acesso à comida em face da hiperinflação. Também houve protestos para denunciar abusos policiais.

As mobilizações deste ano foram menos numerosas, mudaram de formato e tamanho. Ocorreram greves, fechamento de ruas, assembleias e *pancartazos*, *paros* e *cacerolazos*. A crise no país continuou a ser repercutida em manchetes em todo o mundo. A resposta repressiva do Estado também foi amplamente divulgada. Num dos casos, um homem com deficiência cognitiva ficou detido por 20 dias. Ou seja, mesmo no contexto da pandemia, a repressão à oposição continuou.

Cabe destacar que os cidadãos venezuelanos, atendendo ou não a chamados da oposição, em sua maioria identificam o regime de Nicolás Maduro como responsável pela crise instalada. A partir de janeiro, o regime de Maduro avançou sobre a Assembleia Nacional (AN), promovendo e ordenando ações repressivas contra parlamentares, apoiadores da oposição e trabalhadores da mídia, executadas por funcionários das forças de segurança do estado e membros dos grupos coletivos paramilitares e civis armados. Setores que respondem a interesses oficiais continuam se movendo em troca de alimentos ou de certos benefícios sociais. O estado de Sucre liderou a ocorrência de protestos. Seguido de Bolívar, Monagas, Anzoátegui e Distrito Capital.

Durante todo o período analisado, o regime venezuelano divulgou números relativos à pandemia que, quando comparados aos de outros países da região, causaram bastante desconfiança. Blogs independentes, como o da jornalista Naky Soto, contestaram as informações oficiais. Além disso, nesse contexto, os jornalistas que já têm sido alvos de detenção e repressão, sofreram represálias e prisões juntamente com trabalhadores do setor de saúde, membros de sindicatos, e dissidentes políticos — praticamente todos que protestam contra o governo.

A organização Espacio Público, reportou pelo menos 161 casos entre janeiro e abril. Foram confirmadas 442 violações do direito à liberdade de expressão: intimidação, a censura e as restrições administrativas. As vítimas são, em sua maioria, jornalistas cidadãos em geral, enquanto os perpetradores permanecem sendo policiais, instituições estatais e funcionários públicos. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Imprensa divulgou em maio um relatório em que classificou a pandemia na Venezuela como a epidemia da desinformação.